



RESUMO EXECUTIVO DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS

Data: 9, 10 e 11 de agosto de 2006

Local: Plenário do Conselho Nacional de Saúde “Omlton Visconde” - Ministério da Saúde, Bloco G, Edifício Anexo, 1º andar, ala B, Brasília, Distrito Federal

ITEM 1 – ABERTURA

Composição da mesa: Sr. Ministro de Estado da Saúde, **José Agenor Álvares da Silva**, Presidente do CNS; e Sra. **Eliane Aparecida da Cruz**, Secretária-Executiva do CNS

O Ministro de Estado da Saúde, **José Agenor Álvares da Silva**, Presidente do CNS, abriu os trabalhos e no seu pronunciamento inicial abordou dois assuntos: Orçamento do Ministério da Saúde para 2007 e Resolução do CNS sobre emendas parlamentares. A respeito do orçamento, informou que o Ministério da Saúde não havia concluído a proposta orçamentária 2007 porque aguardava a posição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre os limites para a programação orçamentária 2007. Em relação à resolução do CNS concernente a emendas parlamentares, informou que não era possível trabalhar com o artigo 1º e que os demais artigos seriam discutidos após o resultado da CPI da máfia das ambulâncias e a decisão da Comissão Mista de Orçamento sobre emendas parlamentares. No segundo momento, o Ministro da Saúde respondeu a questionamentos dos conselheiros sobre saúde indígena, sugestões em relação a emendas parlamentares e orçamento 2007.

ITEM 2 – INFORME DA COMISSÃO ELEITORAL DO CNS

Composição da mesa: Sra. **Elizabeth Matheus**, Presidente da Comissão Eleitoral do CNS; e Sra. **Eliane Aparecida da Cruz**, Secretária-Executiva do CNS.

A Presidente da Comissão Eleitoral do CNS, **Elizabeth Matheus**, apresentou informe sobre as eleições do CNS, com destaque para as seguintes ações: nomeação dos membros da Comissão Eleitoral; realização da primeira reunião da Comissão Eleitoral; definição do calendário eleitoral, amplamente divulgado pelo CNS; definição do local da eleição; e elaboração e ampla divulgação de Boletim Informativo do CNS sobre as eleições. Os conselheiros tiraram dúvidas sobre o processo eleitoral e apresentaram sugestões à Comissão Eleitoral, dentre as quais, destacam-se: excluir que “as entidades e movimentos que não couberem nos subsegmentos serão credenciados como eleitores”; possibilitar a participação de representantes das entidades, que não seriam candidatos, na equipe de apoio à eleição; definir encaminhamento para o caso de não haver candidato para vaga de determinado subsegmento; discutir a forma de votação dos conselheiros deficientes visuais, que será diferenciada dos demais eleitores e daqueles eleitores que precisariam de acompanhantes; discutir o caso das entidades indígenas no que se refere aos critérios para participar da eleição; garantir a participação de atores externos como fiscais, com indicação pelas entidades participantes da eleição; disponibilizar assessoria jurídica no local da eleição; e garantir a participação de representantes das entidades participantes da eleição nas mesas. Sobre essa questão, foi acordado que as sugestões seriam discutidas pela Comissão Eleitoral a fim de se chegar a definição.

ITEM 3 – LEI ORÇAMENTÁRIA 2007 E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006

Composição da mesa: Conselheiro **Fernando Luiz Eliotério**, membro da COFIN/CNS; Conselheira **Ana Cristhina de Oliveira Brasil**, membro da COFIN/CNS; Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**, membro da COFIN/CNS; e Sr. **Humberto Barreto Alencar**, representante da Secretaria de Planejamento e Orçamento/MS.

Não foi possível debater a proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 2007, porque ainda não havia sido concluída em virtude do atraso no repasse dos limites orçamentários para 2007, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dessa forma, a Secretaria-Executiva do CNS verificaria a possibilidade de convocar reunião extraordinária do CNS para apresentação e debate do Orçamento 2007, assim que fosse concluído. A COFIN/CNS distribuiu documento com recomendações do CNS para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2007, sendo elas: 1) O cálculo dos valores a serem aplicados em 2007 com ações e serviços públicos de saúde, obedecido o disposto na EC nº. 29

e na Resolução CNS nº. 322, deve ser considerado como “ piso ” e não como “ teto ”, tornando-se o valor empenhado em 2006 como sua base de cálculo desde que o valor mínimo calculado dentro do citado referencial legal tenha sido cumprido; **2)** Na proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 2007, o cálculo dos valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde para fins de cumprimento da EC nº. 29 não deve considerar os valores programados para “ Farmácias Populares ”, nos termos dos dispositivos da Resolução CNS nº 322/2003. Além disso, as despesas com “ Farmácias Populares ” também não devem ser computadas no cálculo da aplicação mínima com ações e serviços de saúde, visto que não obedece aos princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde; **3)** A proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 2007 deverá estar compatibilizada com o “ Plano Nacional de Saúde ” e contemplar de forma ampliada as ações e programas prioritários do Pacto de Gestão e ainda as ações voltadas para o fortalecimento do controle social, especialmente no tocante às ações denominadas “ Mobilização da Sociedade para a Gestão Participativa no SUS ” e “ Controle Social no Sistema Único de Saúde ”; **4)** Coincidência entre o valor mínimo estimado para 2007 e o valor do Projeto de Lei Orçamentária 2007 para cumprimento da EC nº. 29; **5)** Se houver diferença deve ser acrescentada aos programas e ações segundo o princípio da descentralização com equidade, ou seja, em função das necessidades epidemiológicas; **6)** Ratificar que as despesas referentes ao Bolsa Alimentação ou congêneres não devem ser computadas para efeito dos cálculos EC nº. 29 para fins de apuração da aplicação com ações e serviços públicos de saúde, principalmente quando não for comprovado que tais despesas estejam ocorrendo no âmbito do SUS, como estabelece a Resolução nº. 322 do CNS; **7)** Os recursos adicionais devem ser direcionados para os programas relacionados à gestão do trabalho e a outros programas que tiveram valores reduzidos em relação a 2006, visando garantir, no mínimo, os mesmos valores em 2007; **8)** Com a estimativa da variação nominal do PIB 2006 e previsão dos valores mínimos para Ações e Serviços de Saúde em 2007, chegou-se a cerca de R\$ 3 bilhões superior ao mínimo de 2006. Desse aumento, cerca de R\$ 1,5 bilhão corresponde à variação da inflação. Assim, a título de sugestão poderia se calcular uma reposição de 4% para todos os programas (referente à inflação) e, além disso, alocar adicionalmente cerca de R\$ 1,5 bilhão para programas prioritários (com isso, totalizaria os R\$ 3 bilhões); e **9)** poderia também ser definida uma alocação adicional de R\$ 1,5 bilhão, caso se confirme a posição do Ministério Público de utilizar a Resolução nº. 322 como metodologia de cálculo para apuração dos valores mínimos.

Os integrantes da COFIN/CNS apresentaram o relatório da última reunião da Comissão, com destaque para a análise da execução orçamentária até junho de 2006. Após considerações, o Plenário aprovou o relatório da COFIN/CNS, por unanimidade, com as seguintes proposições e encaminhamentos: **1)** promover diálogo entre a COFIN/CNS e o Congresso Nacional sobre compatibilização das diretrizes do Plano Nacional de Saúde e as Leis Orçamentárias de responsabilidade do parlamento; **2)** observar documentos comprobatórios das declarações relativas ao Orçamento por parte do Ministério da Saúde; **3)** discutir com a assessoria jurídica do CNS, à luz da legislação, o processo de ressarcimento dos planos de saúde para o SUS; **4)** sistematizar o processo de estruturação de programas prioritários, iniciando pelo Programa da Atenção à Saúde da Criança, da Mulher e do Adolescente; **5)** definir novas estratégias para cobrar das secretarias o resultado material da execução orçamentária (qualitativo, efetivo e eficiente), com apresentação, pelas Secretarias, de avaliações relativas ao impacto de seus programas na saúde da população; **6)** utilizar, caso necessário, o expediente de denunciar ao Ministério Público para obter informações e fazer cumprir as resoluções do CNS (definir critérios para apresentação de denúncias); **7)** o Ministério da Saúde e suas Secretarias devem elaborar relatórios de gestão semestrais das ações e serviços de saúde e submeter ao CNS; **8)** convocar a SGTES/MS para esclarecer a sua política e os critérios de prioridades de suas ações; **9)** relacionar ações com indicadores de saúde e cumprimento de metas e impactos (positivos e negativos); **10)** disponibilizar no sítio do CNS gráficos e planilhas de acompanhamento orçamentário simplificado para a visualização da execução orçamentária das ações e programas; **11)** publicar matéria no Jornal do CNS sobre o uso dos recursos públicos da saúde; **12)** discutir formas de penalizar aqueles que não cumprem a legislação sobre o financiamento das ações e serviços de saúde; **13)** que o SIOPS, ao receber a transmissão de dados, registre a cientificação dos Conselhos de Saúde sobre os mesmos, caso contrário, solicite que os mesmos venham acompanhados de tal cientificação; **14)** emitir nota técnica do CNS sobre o não cumprimento da EC nº. 29 pelas três esferas de gestão; **15)** elaborar síntese das respostas das Secretarias do Ministério da Saúde a ser apresentada aos conselheiros; e **16)** recomendar às Comissões do CNS que, ao analisarem suas temáticas específicas, incluam também a questão orçamentária financeira para completar a análise da execução orçamentária e financeira do CNS.

ITEM 4 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS – ANÁLISE DE PARECER SOBRE O PRÓ-SAÚDE

Composição da mesa: Sr. **Francisco Campos**, Coordenador da SGTES/MS; Sra. **Maria Natividade G. S. T. Santana**, Coordenadora da CIRH/CNS; e Sra. **Ana Estela Haddad**, integrante da CIRH/CNS.

Após considerações do Coordenador da SGTES/MS, **Francisco Campos**, sobre o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), proposto pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), a integrante da CIRH/CNS, **Ana Estela Haddad**, fez a leitura do relatório da CIRH/CNS sobre o Programa. No documento, a Comissão considerou que o Programa consiste em uma estratégia educacional de mudanças na graduação que, por problemas orçamentários, incorpora hoje somente os Cursos que atuam no Programa Saúde da Família (Enfermagem, Medicina e Odontologia) e apontou a necessidade de rever a sua formulação e implementação, de forma a incorporar as demais profissões de saúde, nos diversos níveis de atenção. Após considerações, o Plenário acatou o parecer da CIRH/CNS, com as seguintes sugestões: **1)** emendas ao relatório da CIRH/CNS: incluir as proposições da 3ª Conferência de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde sobre o Pró-Saúde; incluir no item 7, da Análise, as lacunas do Projeto e, no item 8, a composição e o papel do Conselho Consultivo; excluir do item 4, das Proposições, o trecho “ora em andamento”; anexar a carta aberta dos estudantes de Enfermagem, Medicina e Odontologia à Plenária do Primeiro Seminário sobre o Pró-Saúde; e retificar a redação do trecho “que vem se somar e que está articulada” (pág. 5) para “que poderá se somar e que estará articulada”; **2)** promover debate e estudo sobre o conceito de educação permanente; **3)** garantir que as Universidades possam apresentar projetos que envolvam mais de uma profissão da saúde; **4)** garantir a participação dos estudantes na definição dos conteúdos dos projetos; **5)** aprofundar o debate sobre o papel dos conselhos consultivos; e **6)** definir que o Pró-Saúde contemple somente universidades públicas.

ITEM 5 – HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Composição da mesa: Sr. Ministro de Estado da Saúde, **José Agenor Álvares da Silva**; Sr. Ministro de Estado da Educação, **Fernando Haddad**; Conselheiro **Antônio Alves de Souza**, Secretário de Gestão Participativa/MS; Sr. **Francisco Campos**, Secretário de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde; e Sra. **Eliane Aparecida da Cruz**, Secretária-Executiva do CNS.

O Ministro de Estado da Educação, **Fernando Haddad**, compareceu ao CNS para esclarecer oficialmente a proposta do MEC em relação aos Hospitais Universitários de Ensino. Segundo o Ministro da Educação, a intenção do MEC era definir novo modelo de gestão para os hospitais universitários, bem como buscar novas fontes públicas de financiamento, com vistas a fortalecer essas unidades, tendo por eixo norteador três princípios: no que se refere ao ensino - subordinação acadêmica dos hospitais aos departamentos das universidades ligados à área da saúde; vinculação total dos hospitais ao Sistema Único de Saúde; e organização dos hospitais com garantia do caráter público. Ressaltou que a partir desses três princípios, sobre os quais havia consenso entre os Ministérios da Saúde e da Educação, seria constituída comissão interministerial para discutir modelos de gestão dos hospitais, com vistas a fortalecer os hospitais de ensino públicos e vinculados à universidade. Na seqüência, os conselheiros manifestaram-se sobre o assunto e os Ministros pronunciaram-se a respeito. Na segunda parte do debate foi aberta a palavra aos convidados para manifestarem-se sobre a temática, sendo: **Paulo Henrique Rodrigues**, representante da FASUBRA; **José Roberto**, da ABRAHUE; **Maria do Céu de Lima**, da ANDES – Sindicato Nacional; e **Denize Ornelas Fontes**, do DENEM. Após considerações, o Plenário aprovou os seguintes encaminhamentos: requerer o envio dos processos de contratualização dos hospitais ao CNS para análise; solicitar o encaminhamento das Portarias que tratam do assunto ao CNS, com a recomendação de que novas portarias também sejam enviadas ao Conselho; definir o assunto como ponto de pauta permanente do CNS; e recomendar a realização de atividade para discutir a situação os hospitais universitários na próxima gestão do CNS.

ITEM 6 – INFORME DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE

Composição da mesa: Conselheira **Maria Leda de R. Dantas**; e Sra. **Eliane Aparecida da Cruz**, Secretária-Executiva do CNS.

Conselheira **Maria Leda de R. Dantas** atualizou as informações sobre o trabalho da Comissão Intersetorial de Eliminação da Hanseníase e, ao mesmo tempo, fez um diagnóstico sobre a situação da hanseníase no país. Da sua exposição, destaca-se a participação nas seguintes atividades: X Congresso de Hanseníase, realizado no Recife; X Congresso do MORHAN, realizado no Piauí; 1ª Reunião da Eliminação da Hanseníase no Triângulo Mineiro; e encontro com o embaixador da eliminação da hanseníase, acompanhado de sua equipe, no Brasil. A respeito da avaliação, enfatizou: ser necessária maior atenção para o problema da hanseníase no país; definir estratégias de acolhimento para as pessoas atingidas pela hanseníase; e discutir alternativas para garantir a política de tratamento da hanseníase, após atingir a meta de eliminação da hanseníase.

ITEM 7 – POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O CONTROLE SOCIAL NO SUS

Composição da mesa: Conselheiro **Volmir Raimondi** e Conselheiro **Eni Carajá Filho**.

Após considerações iniciais do Conselheiro **Volmir Raimondi**, o Conselheiro **Eni Carajá Filho** apresentou, para votação do Plenário do CNS, o documento “Proposta Preliminar da Política de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS”, estruturado nos seguintes capítulos: contextualização, introdução, objetivos da Política de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS, eixos estruturantes da Política de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS e estratégias de implantação. Após considerações, o Plenário aprovou, por unanimidade, na forma de resolução, a Política de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS, a ser implementada nas três esferas de governo.

ITEM 8 – BALANÇO DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO DO CNS

Os representantes das seguintes Comissões e GTs do CNS apresentaram informe sobre os seus trabalhos e balanço das suas atividades: Comissão de Saúde Suplementar (CSS); Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI); Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP); Comissão de Política de Saúde do Idoso (CPSI); Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente (CISAMA); Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST); Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN); Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia (CIVSF); Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde (CISIS); Comissão Intersetorial de Pessoas Portadoras de Patologias e Deficiências (CISPPD); GT de DST/AIDS; e GT de Capacidade Produção de Medicamentos na Indústria Nacional. Além disso, foi apresentado informe sobre as atividades da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde.

ITEM 9 – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL DO CNS PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÕES - EXPEDIENTE – INFORMES E INDICAÇÕES

Relatório da Comissão de Coordenação Geral do CNS para análise e deliberações – A Secretária-Executiva do CNS, Eliane Aparecida da Cruz, apresentou o relatório da última reunião da CCG, com destaque para a definição da pauta da 168ª RO e encaminhamentos gerais.

Expediente – informes e indicações –

Expediente: **1)** III Encontro Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde – A Associação do Ministério Público de Defesa da Saúde (AMPASA) convidou os membros do CNS para participar do evento e solicitou um representante dos usuários para compor a mesa-redonda sobre “A efetividade do controle social nas três esferas de governo – avanços e retrocessos”, no dia 31 de agosto de 2006. Data: 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2006. Local: Florianópolis/SC. *Indicação:* Conselheira **Maria Leda de R. Dantas**. **2)** O Departamento de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência Tecnologia e Insumos Estratégicos indicou a Sra. Angélica Rogério de Miranda Pontes como representante suplente do Gestor Federal em Saúde na Comissão de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS), em substituição a Sra. Maria Claudia Crespo Brauner. **3)** Subsídios Para Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental – Relatório do I Seminário da Política Nacional de Saúde Ambiental para publicação. **4)** 119ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte – O Plenário do CES/RN solicitou que o CNS fosse notificado que a Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio Grande do Norte vem aprovando Plano de Saúde, como o Plano Municipal de Saúde do Trabalhador de Caicó/RN, o Plano e Rede Estadual de Atenção Oncológica (Diretrizes Gerais) e o Plano e Rede Estadual de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência Física, sem o conhecimento prévio do Conselho Estadual. A propósito, o Plenário decidiu encaminhar a questão à Comissão Intergestores Tripartite para análise.

Indicações: **1)** Encontro Nordeste Políticas Públicas de Saúde com novas alternativas para o Brasil – A Central dos Movimentos Populares e a União de Movimento de Moradia em Alagoas convidaram o CNS para participar do encontro. Data: 25, 26 e 27 de agosto de 2006. Local: Maceió/AL. *Não houve indicação.* **2)** Oficina de Trabalho para construção de Diretrizes de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento – A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades realizaria cinco oficinas de trabalho, uma em cada região geográfica e solicitou a indicação de um representante do CNS para cada oficina. Datas: 3 e 4 de agosto de 2006, em Brasília/DF; 10 e 11 de agosto de 2006, em Belém/PA; 18 e 19 de agosto de 2006, em Teresina/PI; 24 e 25 de agosto de 2006, em Porto Alegre/RS; e 30 e 31 de agosto de 2006, em Rio de Janeiro/RJ. *Não houve indicação.* **3)** I Seminário Estadual de DST/AIDS e Controle Social do SUS – A Agência Estadual de Vigilância em Saúde, Coordenação Estadual de DST/AIDS, solicitou a indicação do Conselheiro José Marcos de Oliveira para participar do Seminário que se realizará nos dias 14 e 15 de setembro de 2006, em Porto Velho/RO. **4)** Comissão Julgadora do Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS - 2006 – O Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos

Estratégicos/MS solicitou a indicação de um titular e um suplente para compor a Comissão. A reunião será realizada na primeira quinzena de outubro de 2006, em Brasília. **Indicação:** Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos**. **5)** 7ª Conferência Municipal de Saúde – “Saúde para o Milênio”. Data: 1º, 2 e 3 de setembro de 2006. O Conselho Municipal de Saúde de Nova Iguaçu/RJ solicitou a indicação de um representante para compor a mesa sobre Controle Social no dia 2 de setembro, às 11h30 e a indicação do Sr. Francisco Funcia na mesa de Financiamento no dia 1º de setembro de 2006, às 10h. **Indicação:** Conselheira **Solange Gonçalves Belchior**.

Informes: **1)** Nova mesa diretora do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul. **2)** Fórum de Acolhimento Hospitalar que acontecerá durante o 33º Congresso Brasileiro de Pediatria. Data: de 6 a 11 de outubro de 2006. Local: Recife/PE. **3)** V Fórum Brasileiro sobre a Reforma do Estado – O Instituto Brasileiro de Reforma do Estado (IBRE) e o Instituto de Direito Público convidam o CNS para participar do Fórum. Data: de 21 a 23 de agosto de 2006. Local: Belo Horizonte/MG. **4)** Mostra “Nise da Silveira – Vida e Obra” – O Ministério da Saúde e o Instituto Municipal Nise da Silveira, em parceria com a Secretaria da Saúde do Estado da Paraíba e a Universidade Estadual da Paraíba, convidam o CNS para a inauguração da mostra. Data: 22 de agosto de 2006. Local: Campina Grande/PB. **5)** XIX Simpósio de Plantas Mediciniais – O Programa Estadual de Plantas Mediciniais/PROPLAM convidou o CNS para participar do Simpósio. Data: de 19 a 22 de setembro de 2006. Local: Salvador/BA. **6)** Dia Estadual de Luta contra a tuberculose e II Encontro Estadual das ONGs de Tuberculose do Rio de Janeiro – O Fórum Estadual das ONGs no Combate à Tuberculose convidou o CNS para participar do encontro. Data: 11 de agosto de 2006. Local: Rio de Janeiro/RJ. **7)** Conselheira **Cleuza de Carvalho Miguel** informou que no dia 30 de agosto comemora-se o “Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla”. **8)** O Tribunal de Contas da União encaminhou o relatório de Monitoramento da Auditoria de Natureza Operacional executada na Ação Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais. **9)** 2º Simpósio de Gestão em Saúde Suplementar – A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde UNIDAS/DF convidou o CNS para participar do Simpósio. Data: 26 e 27 de outubro. Local: Brasília/DF.

ITEM 10 – POLÍTICA DE COMBATE AO CÂNCER

Composição da mesa: Dr. **Luiz Antônio Santini**, Diretor-Geral do INCA; e Conselheiro **Luiz Augusto A. Martins**.

O Diretor-Geral do INCA, **Luiz Antônio Santini**, apresentou a Política Nacional de Atenção Oncológica, instituída pela Portaria GM/MS nº. 2.439, com os objetivos gerais de reduzir a incidência de câncer, diminuir a mortalidade por câncer e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Na sua explanação, o Diretor do INCA enfocou o número de câncer no Brasil e no mundo, as faces do problema, os objetivos gerais da Política de Atenção Oncológica, os eixos estratégicos e impactos previstos, entre outros aspectos. Também informou a implantação do Portal da Rede de Atenção Oncológica, que tem por objetivo gerar e implantar políticas, conhecimentos e ações de atenção oncológica, com a participação de atores governamentais, não-governamentais e da sociedade. Os conselheiros, de um modo geral, elogiaram a iniciativa e apresentaram contribuições a sua implementação, bem como solicitaram esclarecimentos sobre o assunto. A propósito, o Plenário aprovou o seguinte encaminhamento: indicar como prioridade para a próxima gestão do CNS a realização de seminário, com data a ser definida, para aprofundar o debate sobre a Política Nacional de Atenção Oncológica.

ITEM 11 – ENCAMINHAMENTOS SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE GESTÃO E GERÊNCIA (DECISÕES DA 162ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS)

A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, recuperou as decisões do CNS sobre terceirização de gestão e gerência na 162ª Reunião Ordinária do CNS e acrescentou que, em São Bernardo, um funcionário que denunciou a terceirização foi exonerado. Após considerações, o Plenário aprovou os seguintes encaminhamentos: realizar estudo sobre terceirização de gestão e gerência e discutir com a assessoria jurídica a possibilidade de suspender recursos para unidades terceirizadas; priorizar o debate de gestão; e encaminhar moção de apoio à readmissão do funcionário de São Bernardo, exonerado por ter denunciado a terceirização de unidade.

ITEM 12 – DEBATE SOBRE APLICAÇÃO DO “PACTO PELA VIDA, EM DEFESA DO SUS E DE GESTÃO”

A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, informou que diante das dúvidas dos Conselhos de Saúde sobre o Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão foi marcada reunião com representantes dos Conselhos Estaduais de Saúde, no dia 17 de agosto de 2006, para discutir a aplicação do Pacto. Além disso, disse que durante a oficina de comunicação e informação, os conselhos de saúde presentes apresentaram críticas ao Pacto e ao CNS por tê-lo aprovado. Feito esse informe, solicitou a indicação de nomes para participar da atividade. **Foram indicados:** Conselheira **Vânia Glória de Oliveira**; Conselheiro **Irineu Messias de Araújo**; Conselheira **Graciara Matos de Azevedo**; um

representante da CONTAG; Conselheiro **Luiz Augusto A. Martins**; Conselheira **Maria Thereza A. Antunes**; Conselheira **Rosane Maria N. da Silva**; Conselheira **Solange Gonçalves Belchior**; Conselheiro **José Eri Medeiros**; Conselheiro **Francisco Batista Júnior**; Conselheiro **Volmir Raimondi**; Conselheiro **Luiz Augusto A. Martins**; Conselheira **Maria Irene M. Magalhães**; e Conselheiro **José Cláudio dos Santos**. Além disso, serão convidados representantes da Coordenação Nacional de Plenária para participar do evento.

ITEM 13 – AVALIAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

Item não apresentado.

APROVAÇÃO DE ATAS – O Plenário aprovou, por unanimidade, as atas da 165ª Reunião Ordinária, da 166ª Reunião Ordinária, da 167ª Reunião Ordinária e da 32ª Reunião Extraordinária.

OFICINA PERMANENTE RUMO A 13ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE – A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, apresentou o relatório da primeira etapa da Oficina Permanente Rumo a 13ª Conferência Nacional de Saúde, com destaque para os encaminhamentos propostos.

ITENS EXTRA PAUTA:

1) Conselheiro **Antônio Alves de Souza** justificou o fato do seu nome ter sido citado por envolvidos na “máfia das ambulâncias” e os conselheiros manifestaram apoio e solidariedade a ele.

2) Informe do Ministério do Meio Ambiente sobre a importação de pneus usados – A representante do Ministério do Meio Ambiente, **Maria Grícia L. Grossi**, informou que, no Brasil, a importação de pneus usados era proibida desde 1991, contudo, desde 2002, o país era obrigado a aceitar a entrada de pneus reformados do Uruguai, porque perdeu ação movida por esse país vizinho no Tribunal Arbitral do Mercosul, tendo sido considerados apenas argumentos econômicos, sem levantar aspectos ambientais e de saúde pública. Além disso, destacou que estavam em discussão no Congresso Nacional os Projetos de Lei nº. 203/91, que institui a Política Nacional de Resíduos e libera a importação de resíduos incluindo pneus usados e reformados e nº. 216/03, de autoria do Senador Flávio Arns, que libera a importação de pneus usados. Diante disso, solicitou que o CNS aprovasse moção manifestando-se contrário aos referidos projetos e solicitando ao Presidente da República, **Luiz Inácio Lula da Silva**, a adoção de providências efetivas que reforcem a proibição da importação de pneus usados e reformados. Após considerações, o Plenário aprovou a proposta de moção, nos termos propostos. O tema deverá ser pautado no CNS posteriormente para debate.

DELIBERAÇÕES:

- 1) Aprovado o relatório da COFIN/CNS, com adendos;
- 2) Aprovado o parecer da CIRH/CNS sobre o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), com adendos;
- 3) Aprovada, na forma de resolução, a Política de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS;
- 4) Aprovadas as atas da 165ª Reunião Ordinária, da 166ª Reunião Ordinária, da 167ª Reunião Ordinária e da 32ª Reunião Extraordinária;
- 5) Aprovada moção contrária aos PLs nº. 203/91 e 216/03.